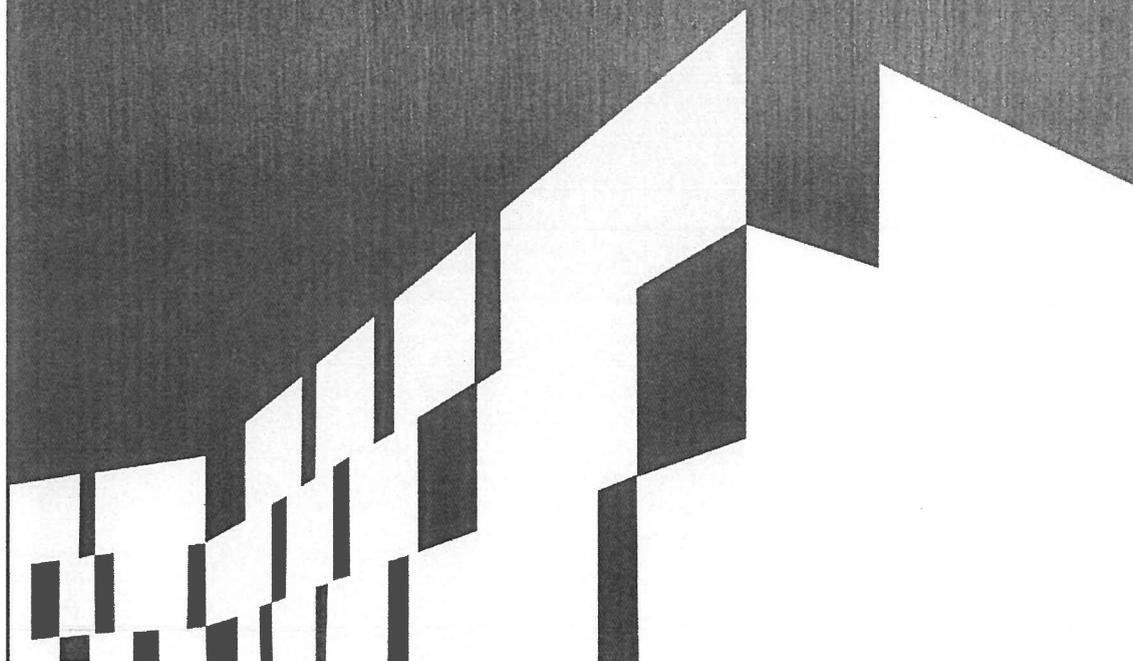


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DE ALCÁCER DO SAL

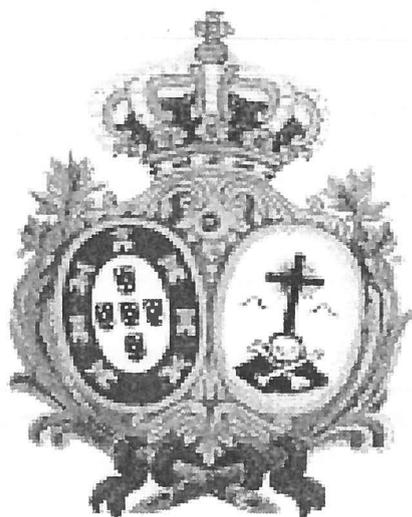
FUNDADA EM 1518

500 ANOS

*Por si e consigo*



Relatório de Actividades e Contas do Exercício  
e Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2017



TUDO AQUILO QUE SE COMPARTILHA SE MULTIPLICA

(Papa Francisco)

A Mesa Administrativa agradece a todos aqueles que compartilham o carinho e o amor no cuidar dos nossos velhotes e meninos. Bem hajam

Alcácer do Sal 15 de Março de 2018

# Relatório de Actividades de 2017

Irmãos,

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

O ano de 2017 decorreu de acordo com o estabelecido no seu Plano de Actividades, sendo a sustentabilidade/qualidade o objectivo perseguido ao longo do exercício.

Para além da actividade normal das valências destacamos os investimentos feitos nos prédios rústicos, nomeadamente na área florestal.

Continuamos a promover os princípios de Qualidade em toda a actividade desenvolvida nas nossas valências, reforçando a formação dos recursos humanos e apoio técnico, procurando ir ao encontro da satisfação das necessidades e expectativas dos nossos utentes e famílias.

## **Apoio Social**

### Residências

Implementação da área de terapia ocupacional, que promove a autonomia individual, sendo uma ferramenta crucial nos cuidados diários de todos os utentes mas com grande enfoque nos grandes dependentes.

O gabinete médico tem sido nos últimos anos uma grande preocupação para a Mesa Administrativa uma vez que é muito difícil recrutar profissionais de saúde, nomeadamente, enfermeiros. Durante o ano houve a necessidade de substituir o médico da Instituição. Relativamente à enfermagem continuamos a suportar o serviço recorrendo a três enfermeiros em regime de prestação de serviços. Foram efectuados investimentos em software para a prescrição de medicação e gestão clínica dos utentes, o que permitiu aumentar a qualidade do serviço.

Deu-se continuidade ao acompanhamento diário e individual de cada utente assente nos cuidados em Humanidade.

- Foram instalados painéis solares para produção de energia eléctrica em regime de autoconsumo, enquadrando-se este investimento no espírito da conciliação da sustentabilidade da Instituição com a promoção da proteção ambiental. Este investimento prevê o seu retorno em cinco anos, sendo a garantia de pleno funcionamento durante vinte cinco anos.

### Apoio Domiciliário

Aquisição de duas viaturas adaptadas de forma a dar resposta às exigências de higiene preconizadas pelo HACCP.

Acompanhamento do funcionamento da equipa nos cuidados individuais dos utentes de forma a ir ao encontro das suas necessidades.

### Casa Ruy Sallema

Reforçou-se o trabalho de cooperação com as entidades que promovem o projecto de vida de cada criança e sua educação.

Reforçou-se significativamente o acompanhamento psicológico às crianças da Casa, de forma a promover maior estabilidade emocional e a fundamentar as decisões para a elaboração dos projectos de vida.

## **Outras Actividades**

### Farmácia

O ano de 2017 foi mais uma vez um ano de crise no sector farmacêutico. De acordo com a ANF, mais de um quinto das farmácias portuguesas encontram-se em situação de crise económica.

A Instituição conseguiu ultrapassar a situação descrita e apresenta um cenário animador. O resultado financeiro teve uma variação positiva de 8% relativamente ao ano anterior.

### Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes, desramações e fertilidade do solo.

Na herdade de Casas Novas foi efectuado um corte raso do povoamento de pinhal bravo existente e de imediato foi instalado um povoamento misto de pinhal bravo e pinhal manso.

Aquisição de nova viatura 4x4 para substituir a existente.

Os resultados financeiros tiveram um acréscimo de 51% devido à venda de madeira.

### Prédios Urbanos e Praça de Touros

Foi efectuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos. No que diz respeito a praça de toiros foi instalado um sistema de embolamento em forma de jaula, exigido pelo IGAC.

### **Recursos Humanos**

Contratámos uma Terapeuta Ocupacional e reforçamos pontualmente a equipa de cuidadoras pelo aumento acentuado do Grau Dependência dos nossos velhotes.

### **Factos subsequentes**

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2017.

### **Perspetivas futuras**

A Instituição mantém como objectivo prioritário a remodelação da Residência José Godinho Jacob. Esta E.R.P.I. (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa) especializada em Grandes Dependentes e Demências, permite uma melhoria dos cuidados prestados.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de 142.355,07 Euros sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 15 de Março de 2018

### **A MESA ADMINISTRATIVA**

Fernando Molha dos Reis

Francisco Ricardo de Almeida

Gonçalo Pereira Lynce de Faria

Valdemar das Dores Parreira

Carlos Miguel Vicente Sobral

Maria Antónia Murcho Lavradorinho Rosa

Rita Bebiana Cabral Rito

## BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	<b>5</b>	11.794.785,03	11.744.009,86
Ativos intangíveis	<b>6</b>	2.149,10	
Ativos biológicos	<b>7</b>	505.913,40	473.205,40
Outros investimentos financeiros	<b>19</b>	269.316,44	267.793,70
		<b>12.572.163,97</b>	<b>12.485.008,96</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	<b>8</b>	167.388,80	169.491,89
Créditos a receber	<b>9</b>	105.484,40	90.339,01
Estado e outros entes públicos	<b>10</b>	6.858,00	
Outros ativos correntes	<b>11</b>	39.838,10	44.204,48
Diferimentos	<b>12</b>	9.931,16	10.615,41
Caixa e depósitos bancários	<b>13</b>	1.648.244,82	1.670.991,23
		<b>1.977.745,28</b>	<b>1.985.642,02</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.549.909,25</b>	<b>14.470.650,98</b>

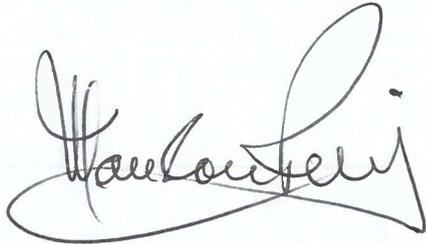
## BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.435.207,68	5.435.207,68
Resultados transitados	20	244.571,58	249.605,50
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	576.323,76	618.206,44
		12.291.095,04	12.338.011,64
Resultado líquido do período	20	142.355,07	(5.033,92)
		12.433.450,11	12.332.977,72
<b>Total do capital próprio</b>		<b>12.433.450,11</b>	<b>12.332.977,72</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	16	1.388.888,96	1.527.777,84
		1.388.888,96	1.527.777,84
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	17	99.697,66	90.043,84
Estado e outros entes públicos	10	40.778,89	44.802,07
Financiamentos obtidos	16	140.892,68	141.256,73
Outros passivos correntes	18	431.370,94	329.748,29
Diferimentos	12	14.830,01	4.044,49
		727.570,18	609.895,42
<b>Total do passivo</b>		<b>2.116.459,14</b>	<b>2.137.673,26</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>14.549.909,25</b>	<b>14.470.650,98</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA



## SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

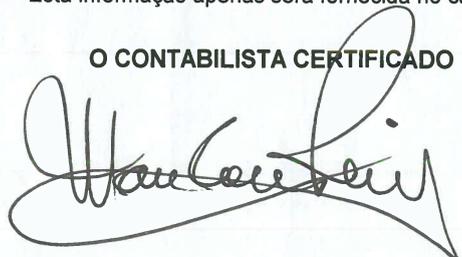
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	22	2.188.192,06	2.058.602,36
Subsídios, doações e legados à exploração	23	878.961,15	890.164,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.181.887,87)	(1.160.524,99)
Fornecimentos e serviços externos	24	(443.307,62)	(446.684,50)
Gastos com o pessoal	25	(1.421.285,47)	(1.458.462,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	6.480,26	(6.480,26)
Outros rendimentos	26	368.345,10	339.420,90
Outros gastos	27	(67.986,72)	(41.613,98)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>327.510,89</b>	<b>174.421,80</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(186.256,99)	(180.464,06)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>141.253,90</b>	<b>(6.042,26)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	5.544,38	7.667,67
Juros e gastos similares suportados	29	(4.443,21)	(6.659,33)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>142.355,07</b>	<b>(5.033,92)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>142.355,07</b>	<b>(5.033,92)</b>

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

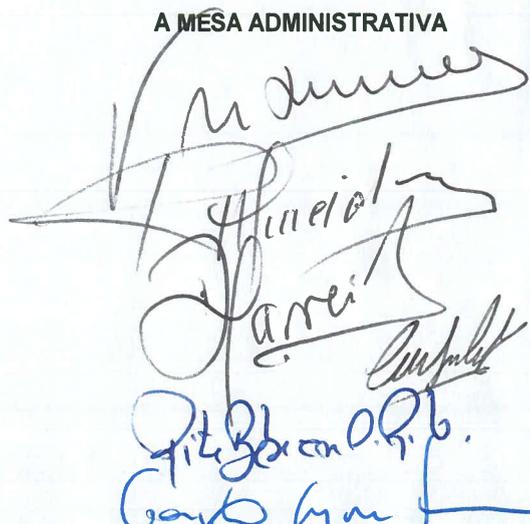
<b>Resultado líquido do período atribuível a: *</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por ação básico			

\* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 14.549.909 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.433.450 euros, incluindo um resultado líquido de 142.355 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASE

A Certificação Legal das Contas de 2016 apresentava uma reserva pelo facto do processo de inventariação dos imóveis pertencentes à **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** não se encontrar então concluído, situação que já se encontra finalizada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base

para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2018

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC N.º 1266

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e dezassete, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta:-----

### =PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e dezassete.-----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe.-----

Alcácer do Sal, 15 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

António Joaquim Pereira Espada

Luís Manuel Flamino Bicha

Pedro Miguel Santana Nobre



PEDRO NOBRE

# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

## Exercício de 2017

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Referencial contabilístico

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

### **3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

##### **3.1.1 - Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

##### **3.1.2 - Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

### 3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

### 3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

### 3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

### **3.1.8 - Estado e outros entes públicos**

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

### **3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **3.1.10 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

#### **3.1.12 - Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

### **3.1.13 - Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

### **3.1.14 - Juros, royalties e dividendos**

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

### **3.1.15 - Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### **3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da

especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

## 4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2017	2016
Caixa	7.965,78	6.989,73
Depositos à ordem	890.279,04	914.001,50
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
<b>TOTAL</b>	<b>1.648.244,82</b>	<b>1.670.991,23</b>

## 5 - Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.196.839,59	1.384.758,83	200.459,00	219.541,04	100.647,47	157.049,00	15.936.941,42
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.319.353,35)	(1.361.050,91)	(200.459,00)	(214.585,86)	(97.482,44)		(4.192.931,56)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.877.486,24	23.707,92	0,00	4.955,18	3.165,03	157.049,00	11.744.009,86
	Aquisições			17.022,27	59.451,74	11.854,74	2.033,50	146.543,51	236.905,76
	Alienações				(51.890,48)				(51.890,48)
	Depreciações do período		(148.828,71)	(22.209,27)	(9.908,63)	(3.608,18)	(1.575,80)		(186.130,59)
Fim do período	Outras alterações			131.614,38	51.890,48			(131.614,38)	51.890,48
	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.196.839,59	1.533.395,48	208.020,26	231.395,78	102.680,97	171.978,13	16.121.956,70
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.468.182,06)	(1.383.260,18)	(158.477,15)	(218.194,04)	(99.058,24)		(4.327.171,67)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.728.657,53	150.135,30	49.543,11	13.201,74	3.622,73	171.978,13	11.794.785,03

## 6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	6.631,06
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-6.631,06
	Quantia líquida escriturada	0,00
Período	Aquisições	2.275,50
	Alienações	
	Amortizações do período	-126,40
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-6.757,46
	Quantia líquida escriturada	2.149,10

## 7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2017	2016
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	473.205,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	
<b>TOTAL</b>	<b>505.913,40</b>	<b>473.205,40</b>

## 8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2017				2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	150.005,85	860.482,95	-5.515,87	150.492,99	146.837,01	852.200,81	-9.660,65	150.005,85
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19.486,04	324.817,70		16.895,81	15.925,79	324.713,92		19.486,04
<b>Subtotal</b>	<b>169.491,89</b>	<b>1.185.300,65</b>	<b>-5.515,87</b>	<b>167.388,80</b>	<b>162.762,80</b>	<b>1.176.914,73</b>	<b>-9.660,65</b>	<b>169.491,89</b>
<b>Total</b>	<b>169.491,89</b>	<b>1.185.300,65</b>	<b>-5.515,87</b>	<b>167.388,80</b>	<b>162.762,80</b>	<b>1.176.914,73</b>	<b>-9.660,65</b>	<b>169.491,89</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>1.181.887,87</b>				<b>1.160.524,99</b>

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos e Rainha Santa Isabel, e Valências Apoio Domiciliário e Centro de Acolhimento.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

### Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.181.887,87 €.

## 9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	55.461,65		55.461,65	49.952,66		49.952,66
Utentes conta Corrente	50.022,75		50.022,75	34.261,68		34.261,68
Clientes e utentes cobrança duvidosa	27.060,38	(27.060,38)	0,00	39.665,31	(33.540,64)	6.124,67
<b>TOTAL</b>	<b>132.544,78</b>	<b>(27.060,38)</b>	<b>105.484,40</b>	<b>123.879,65</b>	<b>(33.540,64)</b>	<b>90.339,01</b>

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

## 10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2017	31-12-2016
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	6.858,00	
<b>Passivo</b>		
Retenção de imposto sobre o rendimento	5.625,56	8.272,50
Imposto sobre o valor acrescentado	5.011,90	5.000,54
Contribuições para a Segurança Social	30.141,43	31.529,03
<b>TOTAL</b>	<b>40.778,89</b>	<b>44.802,07</b>

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

## 11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.154,07		2.154,07	2.368,95		2.368,95
Outros devedores	37.456,91		37.456,91	39.177,24		39.177,24
Pessoal				89,01		89,01
Fornecedores c/c	227,12		227,12	2.569,28		2.569,28
<b>TOTAL</b>	<b>39.838,10</b>	<b>-</b>	<b>39.838,10</b>	<b>44.204,48</b>	<b>-</b>	<b>44.204,48</b>

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente ao reconhecimento do rédito proveniente de juros de depósitos e outras receitas a liquidar no exercício seguinte.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla o montante de 31.525,41 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos a receber no exercício seguinte.

## 12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2017	31-12-2016
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	9.931,16	10.615,41
<b>TOTAL</b>	<b>9.931,16</b>	<b>10.615,41</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer	14.830,01	4.044,49
<b>TOTAL</b>	<b>14.830,01</b>	<b>4.044,49</b>

Gastos a reconhecer dizem respeito a seguros, trabalhos especializados, rendas e alugueres e quotizações.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito a rendas e quotizações.

### 13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	7.965,78	6.989,73
Depósitos à ordem	890.279,04	914.001,50
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.648.244,82</b>	<b>1.670.991,23</b>

### 14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2017			31-12-2016		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	33.540,64	6.480,26	27.060,38	33.540,64	-	33.540,64
<b>Total</b>	<b>33.540,64</b>	<b>6.480,26</b>	<b>27.060,38</b>	<b>33.540,64</b>	<b>-</b>	<b>33.540,64</b>

### 15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2017
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	193.200,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	163.249,29
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	90.953,94
	<b>593.147,49</b>			<b>447.403,23</b>

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

## 16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2017		31-12-2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	140.892,68	1.388.888,96	141.256,73	1.527.777,84
<b>TOTAL</b>	<b>140.892,68</b>	<b>1.388.888,96</b>	<b>141.256,73</b>	<b>1.527.777,84</b>

Os financiamentos correntes dizem respeito ao “Caixa Works”, com um prazo de contrato de 120 dias, bem como à parte dos financiamentos não correntes a ser liquidada no exercício seguinte.

Os financiamentos não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca), no montante de 2.500.000€.

## 17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	99.697,66	90.043,84
<b>TOTAL</b>	<b>99.697,66</b>	<b>90.043,84</b>

## 18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal	1.278,16	
Fornecedores de investimentos	3.973,55	3.973,55
Credores por acréscimos de gastos	196.073,42	163.295,54
Outros credores	225.895,38	162.479,20
Clientes / Utentes	4.150,43	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>431.370,94</b>	<b>329.748,29</b>

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e gastos com bens em comum a liquidar no exercício seguinte.

## 19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos noutras empresas	2.509,44	2.509,44
Outros investimentos financeiros	266.807,00	265.284,26
<b>TOTAL</b>	<b>269.316,44</b>	<b>267.793,70</b>

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a obrigações as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, no montante de 260.000 € e Fundos de compensação.

## 20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.435.207,68	0	0	5.435.207,68
Resultados transitados	249.605,50	(5.033,92)	0	244.571,58
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	618.206,44	0	41.882,68	576.323,76
Resultado Líquido do Período	(5.033,92)	142.355,07	(5.033,92)	142.355,07
<b>TOTAL</b>	<b>12.332.977,72</b>	<b>137.321,15</b>	<b>36.848,76</b>	<b>12.433.450,11</b>

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com a transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

## 21 - Provisões

No exercício de 2017, não existem provisões reconhecidas.

## 22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2017	31-12-2016
<b>Vendas</b>		
- Mercadorias	1.202.544,79	1.191.359,39
- Activos Biológicos	155.447,96	46.280,27
	<b>1.357.992,75</b>	<b>1.237.639,66</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
- Quotizações	781.820,82	770.537,60
- Serviços farmacêuticos	12.473,29	11.212,00
- Cedência de exploração	17.610,00	20.610,00
- Serviços sociais	18.295,20	18.603,10
- Outros serviços	0,00	0,00
	<b>830.199,31</b>	<b>820.962,70</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.188.192,06</b>	<b>2.058.602,36</b>

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como pinha, pinheiros e sobreiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicilio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 8.610,00
- Praça de Touros 9.000,00

Os serviços sociais referem-se a reembolsos de alimentação.

### 23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2017	31-12-2016
<b>Do Estado e outros entes públicos</b>		
- Centro Regional Segurança Social	857.046,18	863.824,11
- Administração Regional de Saúde		21.520,80
- Cont Local Desenvolvimento Social	18.000,00	
- União das Misericórdias Portuguesas		
	<b>875.046,18</b>	<b>885.344,91</b>
<b>De outras entidades</b>		
- IFAP	2.972,47	3.877,27
-IEFP	942,50	942,50
	3.914,97	4.819,77
<b>TOTAL</b>	<b>878.961,15</b>	<b>890.164,68</b>

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

## 24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	35.490,00	33.535,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	30.781,44	34.275,15
Vigilância e segurança	87,85	
Honorários	55.841,04	58.713,00
Comissões	539,36	326,19
Conservação e reparação	75.969,53	58.116,69
Serviços bancários	1.637,36	1.376,02
Outros	53,20	
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19.711,94	12.526,15
Livros e documentação técnica	36,00	
Material de escritório	6.018,71	7.995,93
Artigos para oferta		56,59
Outros	12.062,41	17.931,46
Energia e fluidos		
Electricidade	51.993,90	70.781,30
Combustíveis	7.694,95	9.222,36
Água	27.032,68	19.887,76
Outros	35.493,67	35.231,24
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	14.007,52	9.674,45
Transportes de mercadorias	34,62	45,42
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.033,37	950,20
Comunicação	11.912,87	12.265,25
Seguros	9.657,39	8.727,81
Contencioso e notariado	298,96	1.580,29
Despesas de representação	477,22	277,97
Limpeza, higiene e conforto		16,25
Outros serviços	44.441,63	53.172,02
<b>TOTAL</b>	<b>443.307,62</b>	<b>446.684,50</b>

## 25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações do pessoal	1.162.049,79	1.160.579,20
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	118,54	80,64
Indemnizações		37.517,61
Encargos sobre remunerações	233.125,51	231.588,42
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.439,90	9.994,61
Gastos de ação social	3.141,48	10.240,18
Outros gastos com pessoal	11.410,25	8.461,75
Dos quais:		
Gastos com formação	1.751,55	931,00
Gastos com fardamento	1.810,81	7.358,11
<b>TOTAL</b>	<b>1.421.285,47</b>	<b>1.458.462,41</b>

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram as seguintes:

2017 = 108 funcionários

2016 = 108 funcionários

## 26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	54.736,60	50.290,96
Cedência de energia		2.244,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.458,92	5.447,47
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações	12.285,00	
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	213.411,45	212.265,17
Outros	82.453,13	69.173,18
<b>TOTAL</b>	<b>368.345,10</b>	<b>339.420,90</b>

Alienações:

Alienação de três viaturas usadas

Descrição da rubrica "Outros":

- Correções relat per trib anteriores	2.129,88 €
- Imputação de subsídios ao investimento	41.882,68 €
- Regularizações	231,07 €
- Indemnizações	32.748,07 €
- Donativos	<u>5.461,43 €</u>
	<u>82.453,13 €</u>

INDEMNIZAÇÕES:

32.188,07 € - Pellets Power 2 - Produção de Pellets, Lda por danos causados na

Herdade de Castelo de Arêz.

## 27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Impostos	4.253,61	2.657,10
Dívidas incobráveis		7.095,10
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	847,14	58,12
Donativos	600,00	785,00
Quotizações	11.047,06	10.358,32
Outros não especificados	51.238,91	20.660,34
Subtotal	63.733,11	31.861,78
<b>TOTAL</b>	<b>67.986,72</b>	<b>41.613,98</b>

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

## 28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	1.065,86	2.829,21
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	4.478,52	4.838,46
<b>TOTAL</b>	<b>5.544,38</b>	<b>7.667,67</b>

## 29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2017	31-12-2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	4.422,53	6.653,27
Outros	20,68	6,06
<b>TOTAL</b>	<b>4.443,21</b>	<b>6.659,33</b>

## 30 - Acontecimentos após data de Balanço

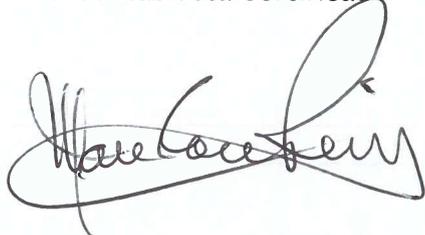
Não se verificaram acontecimentos relevantes entre o fecho e a aprovação das contas.

## 31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Handwritten signatures of the Administrative Board members, including names like Pereira, Jara, and Rita Beirão P. S. B.